

## NA HISTÓRIA DE UM GENTÍLICO, A TENSA INSCRIÇÃO DO OFÍCIO<sup>1</sup>

### IN THE HISTORY OF A DEMONYM THE TENSION OF INSCRIBING THE OCCUPATION

*Alexandre Ferrari\**

*Vanise Medeiros\*\**

*Também a existir se aprende*

Ítalo Calvino, 2005

*A linguagem não é facilmente domesticável*

Orlandi, 2002

**RESUMO:** Neste artigo, partimos da hipótese de que a construção de Brasília funcionou como acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1990) na categoria gentílico e temos dois objetivos: (i) refletir discursivamente sobre gentílico, isto é, pensar tal categoria não como metalinguagem da ordem da evidência, mas em seus efeitos enquanto metalinguagem na relação com o sujeito; (ii) debruçar sobre a historicidade do gentílico brasileiro. Este artigo se ancora na História das Ideias Linguísticas no encontro com a Análise de Discurso (PÊCHEUX; ORLANDI). **PALAVRAS-CHAVE:** gentílico, linguagem, acontecimento, historicidade, História das Ideias Linguísticas.

**ABSTRACT:** In this article, we start from the hypothesis that the construction of Brasília functioned as a discursive event (PÊCHEUX, 1990) in the category of demonyms and we have two objectives: (i) to reflect discursively about gentilic, i.e., to think such category not only as metalanguage of the order of evidence but as metalanguage in its effects in relation to the subject; (ii) to develop the historicity of the Brazilian demonym. This essay is based on the History of Linguistic Ideas in its encounter with Discourse Analysis (PÊCHEUX; ORLANDI).

**KEYWORDS:** demonym, language, event, historicity, History of Linguistic Ideas.

<sup>1</sup> Este artigo é em parte produto de um trabalho por nós apresentado no Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa (III Simelp), ocorrido em Macau, em 2011.

\* Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/Fundação Araucária/GTDIS), Cascavel, Estado do Paraná, Brasil. Doutor, professor do colegiado de Letras e do Mestrado em Letras: Linguagem e Sociedade. E-mail: [asferraris@globo.com](mailto:asferraris@globo.com).

\*\* Universidade Federal Fluminense (UFF/Faperf/GTDIS-LAS), Niterói, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Doutora, professora do Departamento de Linguagem e da pós-graduação. E-mail: [vanisegm@yahoo.com.br](mailto:vanisegm@yahoo.com.br).



## NA HISTÓRIA DE UM GENTÍLICO, A TENSA INSCRIÇÃO DO OFÍCIO

### Introdução

Em uma novela de cavalaria, Calvino<sup>2</sup> narra a história de um cavaleiro, paladino de Carlos Magno, e seu ajudante. O cavaleiro que dá título ao livro – *O cavaleiro inexistente* – habita uma armadura que não pode se abrir porque denunciaria a ausência de corpo. Se não tem corpo, ele possui, contudo, um extenso nome: Agilulfo Emo Bertrandino dos Guildiverni e dos Altri. Motivo de chacota pela ausência de corpo, Agilulfo ganha um ajudante: com corpo, no entanto, sem nome. E não o tem porque não sabe de si, não sabe quem é; identifica-se com tudo que vê pela frente e julga ser tudo que encontra: pato, água do pântano, panela, sopa da panela, folha... Não ter nome resulta então ter todos os nomes. Ter todos os nomes resulta em não ter nenhum. Sua existência é marcada pela inexistência do nome. Se o cavaleiro não tem corpo, possui, entretanto, nome e, assim, faz história. O cavaleiro inexistente, jogando com o texto de Calvino, tem existência e esta advém de seu nome. Já seu ajudante, ao ter todos os nomes e não ter nenhum, segue se metamorfoseando na busca insana do que seria ser e que, assim, lhe conferiria um só nome. Por que abrimos nosso texto com esta novela de cavalaria? Porque queremos refletir sobre a questão da nomeação; não a nomeação do nome próprio, caso do livro de Calvino, mas do gentílico que promove o efeito imaginário de pertenc-

---

<sup>2</sup> Calvino, Ítalo. *O cavaleiro inexistente*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.

cimento a uma nação. E a novela também nos permitiu tal reflexão como se verá no decorrer deste artigo.

Dois são os nossos objetivos neste artigo: em primeiro lugar, refletir discursivamente sobre gentílico, isto é, pensar tal categoria não como metalinguagem da ordem da evidência – um país, por exemplo, tem a ele vinculado um gentílico –, mas em suas implicaturas e efeitos enquanto metalinguagem na relação com o sujeito. Em segundo lugar, analisar um gentílico especificamente, isto é, analisar o processo de instauração de um termo como sendo o gentílico de um país, no caso, o gentílico “brasileiro”. Em função dos dois objetivos, este artigo se divide em duas partes, a saber: Parte 1. Uma reflexão discursiva da categoria gentílico; Parte 2. Reflexões sobre o gentílico brasileiro: a inscrição do ofício. Por fim, este artigo se ancora na História das Ideias Linguísticas no encontro com a Análise de Discurso, cujos nomes basilares são Pêcheux e Orlandi.

### **Parte I: Uma reflexão discursiva da categoria gentílico**

As denominações (palavras, expressões ou locuções) compõem um grande bloco de produção de sentidos em relação ao que elas se referem. Denominar não é escolher aleatoriamente designações, é discurso e, como tal, tem história, determinações que permitem tais nomes e/ou impedem outros. As denominações criam sítios de significância (ORLANDI, 1996: 15), ou melhor, constroem regiões discursivas que produzem efeito de sentido sobre o denominado. O ato de denominar, portanto, relaciona linguagem e memória construindo e desconstruindo efeitos discursivos de referencialidade.

A linguagem, no processo de denominação, é capaz de estabelecer uma referência, uma designação, de forma a tornar visível aquilo a que se refere, de forma a dar existência àquilo que se nomeia. Em contrapartida, sentidos se colam como se houvesse uma relação sempre *já-lá* estabelecida entre a palavra e a coisa. Conforme Mariani:

Denominar não é apenas um aspecto do caráter de designação das línguas. **Denominar é significar**, ou melhor, representa uma vertente do processo social de produção de sentidos. **O processo de denominação não está na ordem da língua ou das coisas, mas organiza-se na ordem do discurso**, o qual, relembRANDO mais uma vez, consiste na relação entre o linguístico e o histórico-social, ou entre linguagem e exterioridade (1998: 118, grifos nossos).

Nome é, pois, discurso. E, na ordem do discurso, as denominações fazem emergir posições-sujeito dos enunciadores, evidenciando, assim, formações discursivas às quais estão vinculadas. A linguagem e a exterioridade linguageira representam uma posição em relação ao que se denomina, estão na confluência da língua e da história e produzem sentidos.

Para a Análise de Discurso não se trata, então, de analisar a *referência*, o *referente* ou o *significado*, até porque neste domínio teórico eles são compreendidos como “relações instáveis produzidas pelo cruzamento de diferentes posições de sujeito” (GUIMARÃES, 1995), mas de analisar o processo de construção discursiva, ou seja, o modo como os discursos em relação podem produzir ilusão de objetividade e evidência para uma *realidade*, como se *O sentido* já estivesse lá. No discurso jornalístico, por exemplo, segundo Mariani (1998), as denominações produzem um efeito de objetividade, um já dito que se verifica ao nível do interdiscurso da formação discursiva que preside o discurso jornalístico.

No caso do procedimento de atribuição de um gentílico a um país, trata-se de pensar na relação de pertencimento, do sujeito jurídico ao Estado, que se instaura com um gentílico. Os gentílicos são denominações que nos possibilitam compreender uma procedência; funcionam como um batismo: pelo Estado.

Se um nome próprio é algo complexo que demanda corpo e ao corpo está integrado, diremos que com o gentílico o funcionamento é outro: ele pode ser preenchido por vários e distintos corpos, mas não se trata de homônimo, trata-se de uma ordem de identificação necessária na relação do sujeito com a nação. Se o Estado jurídico impõe um nome próprio (com sobrenome), que opera como individualizador (daí a categoria homônimo – dois nomes semelhantes para corpos distintos), impõe, como nação, um gentílico (a ser preenchido em documentos oficiais): nome único para diferentes corpos que funciona como designação identificadora de pertencimento a um país.

Um gentílico instaura um sujeito jurídico como sujeito de uma nação; uma armadura supostamente vazia – um significante que decorre de outro e a outro retorna em movimento incessante de ir e vir – a ser ocupada por aquele que... nasceu ou é filho de ou pertence a um Estado-Nação.

Os gentílicos não são categorias metalinguísticas advindas com a formação do Estado-Nação; ao contrário, antecedem-no; serviram – e servem – para indicar pertencimento à religião (HOUAISS, 2009) ou à região, abrangendo, neste caso, não somente homens, mas também coisas, conforme se

pode ler na definição de gentílico em Mattoso Câmara Jr.: “Nomes referentes a homens ou coisas de uma dada região” (1984:126).

Se a categoria gentílico é anterior ao Estado-Nação, a formação de uma nação não se faz sem o que será seus símbolos – bandeira, hino, monumentos, datas e enunciados e... gentílicos. Estamos aqui retomando a leitura e o acréscimo que Orlandi faz de Nora. Se, para este autor,

o desaparecimento de uma memória nacional (ele [Nora] fala dos franceses) pede um “inventário dos *lugares* em que ela se encarnou eletivamente e que, pela vontade dos homens ou o trabalho dos séculos, ficaram como seus mais claros símbolos: festas, emblemas, monumentos e comemorações, mas também louvações, arquivos, dicionários e museus”.

Nós acrescentaríamos: enunciados... (*Apud* ORLANDI, 1993: 11-12).

Para Nora, os “lugares de memória” são espaços de efetivação de símbolos que contribuem para a memória de um país, de um povo; e vai estender a noção de “lugares de memória” para qualquer lugar investido de “aura simbólica”: um testamento, um minuto de silêncio, entre outros investimentos. Orlandi, como se lê, acrescenta os enunciados e, a partir daí, trabalha a noção de discurso fundador.

Julgamos que um gentílico também funciona como lugar de memória, mas com um funcionamento que é próprio ao fato de ser nome-designativo e não, por exemplo, monumento. Cumpre explicar.

A formação de nação não se faz, como já dito, sem a instituição de um nome a ser o designador daquele a que pertence àquela região – movimento, salientamos, de ida e volta de que faz parte o nome que, afinal, irá funcionar como indicador daquele pertencimento. Mas se trata de um nome que vem a reboque de outro que o engendra no funcionamento linguístico da derivação, como ocorre com regularidade no português. E, com isto, estamos dizendo que há, por um lado, funcionamentos previstos para que de nomes de nação se façam gentílicos a partir do acréscimo de determinados sufixos. No entanto, como a língua é capaz de falha, o “impossível” acontece, isto é, sufixos não previstos para gentílicos, como é o caso de *-eiro*, fazem furo e se instalam formando gentílico.

Estamos, pois, considerando que um gentílico não é, tal como supõe o discurso gramatical, uma categoria da língua independentemente da questão do sujeito. Se o fosse, como veremos adiante, o *-eiro* não vingaria como

gentílico de Brasil. Apoiando-nos em Auroux, no encontro com a Análise de Discurso, diremos que cada denominação gramatical afeta a relação língua e sujeito. Se a constituição do gentílico pátrio decorre da instituição de Estado-Nação, a delimitação de um ou outro gentílico decorre de posições discursivas em tensão e da supremacia de uma em relação a outras, como veremos no caso do gentílico para Brasil. Se do lugar do discurso gramatical poderíamos supor o gentílico como um significante vazio (armadura a ser vestida), como analistas de discurso, observamos que não se trata de qualquer armadura. Ela tem história: sentidos em disputa com seus apagamentos e esquecimentos que os verbetes do dicionário, entre outros lugares, também nos permitem recuperar. Além disso, tomando uma vez mais a imagem da armadura que está nos servindo para essa reflexão, é preciso lembrar que ela tem forma, não veste a qualquer um, não serve a qualquer corpo, como também veremos no decorrer do trabalho ao nos debruçarmos sobre o gentílico brasileiro.

É preciso dizer também que o gentílico vai trabalhar sentidos sobre aquele(s) que o carrega(m): diz de um lugar no mundo e porta enunciados que o significam (em identificação, em desidentificação ou em contraidentificação). Há, pois, dizeres sobre uma nação que deslizam para o gentílico, fazendo-o significar, e que voltam para a nação.

As denominações caracterizam-se pela capacidade de condensar um substantivo, ou em um conjunto parafrástico de sintagmas nominais e expressões, *os pontos de estabilização de processo* resultantes das relações de força entre formações discursivas em concorrências em um mesmo tempo. Elas tornam visíveis as disputas, as imposições, os silenciamentos existentes entre a formação discursiva dominante e as demais. No caso dos gentílicos, as denominações imobilizam sentidos. Elas se instalam no interdiscurso impedindo outras significações, disfarçando e apagando tensões. Ainda em relação aos gentílicos, as denominações permitem delinear e acompanhar as disputas e alianças históricas na produção de sentidos, seu passado e seu futuro, seu movimento, ou seja, as redes de filiações de sentido que organizam a rede discursiva. Passemos, então, ao gentílico brasileiro.

## **Parte II: Reflexões sobre o gentílico brasileiro: a inscrição do ofício**

Quem nasce no Brasil é brasileiro; quem nasce em Brasília é... Evidências contemporâneas. Como, para um analista do discurso, nomear é um gesto com espessura histórica, surgem as seguintes perguntas: que histórias se

inscrevem e se apagam nesses gentílicos? Que redes de sentido fazem parte dessas nomeações? Como se deu o processo de legitimação de um nome como gentílico do Brasil?

O interesse pelo gentílico brasileiro, especificamente, decorreu das polémicas que se instauraram na nomeação do gentílico de Brasília. Em pesquisas anteriores, observamos que a construção Brasília trabalhava uma memória fundacional de Brasil e recuperava uma proposta de Brasil em se fazendo república (MEDEIROS, 2003). Na imprensa do período JK, para além das querelas acerca da nova capital, outras se faziam presentes, como a nomeação daquele que nasceria em Brasília. Uma consulta foi feita pelo governo à Academia Brasileira de Letras, que nomeou uma comissão para designar um nome.

Com relação a uma consulta formulada oficialmente à Academia, sobre o gentílico da pessoa nascida em Brasília, a Presidência houve por bem designar uma Comissão composta dos acadêmicos José Carlos Macedo Soares, Barbosa Lima Sobrinho, Cassiano Ricardo, Josué Montello e Afonso Arinos para estudar a matéria e sobre ela dar parecer (Resumo das Sessões realizadas no mês de abril, Sessão de 19 de abril de 1960, páginas 191 a 193, *Revista da Academia Brasileira de Letras*, v. 99. 1960, jan.-jun.).

Antigas designações retornaram e, dentre elas, antigas denominações para o gentílico de Brasil, como é o caso de brasiliense, gentílico-pátrio proposto para Brasil. Há, pois, uma memória que retorna e que tensiona dizeres. Se, como já dissemos, um dos nossos objetivos neste artigo é analisar o gentílico de Brasil, esta análise irá tocar também a tensão que retorna na disputa pelo gentílico de Brasília: candango e brasiliense.

Neste artigo, partimos da hipótese de que a construção de Brasília funcionou como acontecimento discursivo – “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1990: 17) – na categoria gentílico. Como já dissemos, um dos nossos objetivos neste artigo é analisar o gentílico de Brasil em dicionários após os anos 1950. Para isto estamos considerando dicionários brasileiros em circulação a partir dos anos 50 do século XX (sejam etimológicos ou não). Iremos, por conta da nossa hipótese de análise, recuperar alguns dicionários brasileiros do século XIX e portugueses em circulação no Brasil no século XIX, bem como outros lugares discursivos.

## 1. O trabalho do dicionário

O que faz um dicionário? Apresenta verbetes, classifica-os, divide-os morfológicamente, define-os, relaciona-os a outros verbetes, aponta suas possíveis origens etimológicas, fornece exemplos. Configura, assim, uma prática, já conhecida, em que se diz do sentido daquele verbo em foco. Para o analista de discurso, o dicionário tece um intrincado jogo de delimitação dos sentidos; e, no entanto, em cada uma dessas já corriqueiras práticas, aquilo que não é formulado se inscreve, o não dito se faz presente e aponta outras pistas de leitura. Em sua materialidade linguística, podem ser lidas rotas de sentidos, com seus desvios, atalhos, buracos, tapumes.

Para muitos (lexicógrafos ou não), ler verbetes em um dicionário é perceber que as palavras têm peso, têm história; eles diriam: as palavras envelhecem e também mudam de sentido. Para um analista de discurso, não se trata apenas de envelhecimento ou de mudança de sentido. As palavras são inerentemente porosas; não representam o real, ao contrário, trabalham tensamente uma relação com o real. Nesse sentido, não se trata de observar a história de um verbo em seu percurso cronológico – com suas possíveis mudanças –, trata-se de compreender o histórico como condições de produção e de compreender as palavras como memória que supõe esquecimentos. Não há, diz Pêcheux, memória sem esquecimento, isto para lembrar com Orlandi que:

as palavras não são neutras – a linguagem não é facilmente domesticável – e [...] que, além de não termos controle sobre os sentidos, eles nos afetam, se representam de muitas maneiras, sendo a dicionarização um lugar importante onde isto se dá, ou seja, lugar em que a trama da linguagem se impõe aos sujeitos de uma língua nacional (2002: 117).

Com efeito, para o analista de discurso, o dicionário é histórico, não porque seja datado – o que não se nega –, não porque esteja preso a uma temporalidade específica, mas porque, como instrumento linguístico (AUROUX, 1992), é objeto simbólico, tem memória. O analista de discurso “vê, nos dicionários, discursos” (ORLANDI, 2002: 103).

Estamos, conforme já exposto, tomando dicionários e também dicionários etimológicos. Cabe uma última observação sobre uma distinção entre estes dois instrumentos linguísticos: se aqueles trabalham a ilusão da completude, de tudo dizer, se operam com a ilusão da literalidade e do sentido primeiro – ao numerarem os sentidos dos verbetes –, os dicionários etimo-

lógicos têm ao menos um funcionamento distinto: nestes a história inter-vém como legitimadora de sentidos primeiros, que culminam por funcionar como a origem do sentido e do dizer. Em outras palavras, neles a história intervém de forma a assegurar um suposto sentido original.

## 2. Dos dicionários brasileiros

Nosso foco, como já dito, reside em dicionários brasileiros a partir dos anos 1950. Cabe explicar que estamos considerando tanto aqueles que tiveram sua primeira edição após os anos 1950 quanto aqueles que foram reeditados. Em outras palavras, estamos considerando os dicionários em circulação após os anos 1950. Para nossa análise, recortamos não apenas o verbete *brasileiro* como também outros que, em cada dicionário, entram em sítios de significância com ele, seja como paráfrase, seja em disjunção. À guisa de melhor exposição, vamos proceder ao agrupamento e à numeração em função dos dicionários. Vejamos quatro dicionários a seguir:

1. **Brasileiro**, *adj.* Que se refere ao Brasil; natural do Brasil; português que residiu no Brasil e que voltou rico à sua pátria;

**Brasiliano**, *adj.* O mesmo que *brasileiro*;

**Brasílico**, *adj.* Relativo ao povo ou às coisas do Brasil;

2 *gên.* Relativo ao Brasil; o mesmo que *brasileiro*. Variação: *brasilense*;

(*Dicionário Brasileiro contemporâneo*, Francisco Fernandes, RJ, Porto Alegre, São Paulo: ed. Globo, 1953).

2. **Brasil**. [...] s.2.gen. índio do *Brasil*; *brasileiro* (geralmente usado no plural);

**Brasileiro**. *adj.* Relativo ao *Brasil* (V. complexo) s.m. natural ou habitante do *Brasil*; alcunha dada pelos portugueses aos compatriotas que voltam ricos do *Brasil*;

**Brasiliano**: *adj.* *Brasileiro*;

**Brasiliense**: *adj.* 2 *gên.* Referente ao *Brasil*; *brasileiro*;

(*Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*, Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964, 11ª. edição).

3. **Brasil**. s.2.gen. índio brasileiro; pl. os brasileiros; as terras do Brasil;

**Brasileiro**. *adj.* Relativo ou pertencente ao Brasil; s.m. O natural ou habitante do Brasil; português que residiu muito tempo no Brasil e voltou rico à sua pátria;

**Brasiliano**: *adj.* e s.m. O mesmo que *brasileiro*;

**Brasiliense:** adj. 2 gên. Relativo ao Brasil; brasileiro;  
(*Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*, J. Carvalho e Prof. Vicente Peixoto, São Paulo, LISA - Livros Irradiantes S. A., 1971).

**4. Brasiliense:** relativo ao Brasil, ou a Brasília, capital do Brasil; pessoa natural ou habitante de Brasília;

**Brasileiro:** Do Brasil; o natural ou habitante do Brasil; português que residiu muito no Brasil e voltou rico à sua pátria;

(*Novo Dicionário Prático da Língua Portuguesa*, (por) Jânio Quadros, 1976, SP, ed. Riedel, 1976).

Nestes dicionários, editados ou reeditados nos anos de 1953, 1964, 1971 e 1976, respectivamente, encontramos para o verbete *Brasileiro* acepções recorrentes em torno de dois eixos: *Natural do Brasil* e *Português que residiu no Brasil e voltou rico à sua pátria*. Há, nessas correspondências, um sentido que se instala entre o nascido, o *natural de*, e o estrangeiro, não qualquer um, mas o *Português que aqui residiu*, não como o *habitante* (paráfrase com o *natural de*), mas com o que voltou rico para Portugal. Os verbetes não fazem referência a qualquer português, somente aos que retornaram ricos. As variações desta segunda acepção são asseguradas apenas em relação ao tempo – largo – em que o português residiu em terras brasileiras (residiu muito no Brasil; residiu muito tempo no Brasil). Além disso, o *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, nos informa que o epíteto *Brasileiro* em relação ao português que voltou rico é atribuição de outros portugueses: *alcunha dada pelos portugueses aos compatriotas que voltam ricos do Brasil*. Nomeação que se dá de fora do Brasil para portugueses que enriquecem, ou seja, da posição-sujeito português.

Não parece haver em *residir por muito tempo* ou *residir muito no Brasil* tom pejorativo, mas uma denominação posta de outro lugar, de Portugal, como marca de estrangeiridade em relação àquele que permaneceu na terra. No entanto, o *Dicionário Antonio Houaiss* (versão eletrônica) indica como uso regionalista em Portugal, nos aponta que esta é uma denominação pejorativa para o português que saiu e voltou – rico – à sua terra.

**Regionalismo: Portugal.** Uso: **pejorativo:** *emigrado, ger. rico, que retorna do Brasil a Portugal* e também **Regionalismo: Portugal.** Uso: **pejorativo.** *novo-rico de mau gosto, sem educação ou cultura* (grifos nossos).

Em lugar de significar um feito positivizado, a saída com volta, ainda que rico, desliza para a ausência de cultura e de educação. Não se demarca aí o português nobre.

Nos dicionários *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, de 1964, e no *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*, de J. Carvalho e Vicente Peixoto, de 1971, o verbete *Brasiliense* faz paráfrase com *Brasileiro*. Não como a denominação preferencial (usando um termo dos dicionários) para designar *o natural* ou *o habitante*, mas em uma disputa de sentido em termos de valor em relação ao gentílico de Brasil. O sufixo *-ense*, de *brasiliense*, formador de gentílicos (*paranaense*, *cearense*, *catarinense*, *amapaense* etc.), concorre, nesses compêndios, como forma sinônima, assim como *Brasiliano* (*o mesmo que brasileiro*). Da mesma forma, o sufixo *-ano* (formador de gentílicos tais como *goiano*, *alagoano*, *sergipano* etc.).

Somente no *Novo Dicionário Prático da Língua Portuguesa*, (por) Jânio Quadros, de 1976 (mais de duas décadas depois da construção de Brasília), o verbete *Brasiliense* aparece como referente a Brasília: *relativo ao Brasil, ou a Brasília, capital do Brasil; pessoa natural ou habitante de Brasília*. Mas não de forma independente de uma referência *a Brasil*, como se efetivasse uma disputa de sentido entre as formas, como se pudesse denominar *o natural* ou *o habitante do Brasil*.

Vejamos agora outro dicionário: o *Dicionário de Questões Vernáculas*, de Napoleão Mendes de Almeida, de 1981.

## 5.

Brasil [...]

Adjetivo pátrio: *brasileiro* (brasilense, brasílico, brasílico);

Brasileiro: Pergunta que frequentemente se faz e dúvida que não menos raro se padece é esta: Como preencher, numa ficha ou documento em que se discriminam os dados identificados de uma pessoa, o que pede a nacionalidade? Se homem. Como escrever na frente da palavra *nacionalidade*: *brasileiro* ou *brasileira*?

Brasilense: [...] Temos, assim, para designar os habitantes de um país ou cidade, entre outros, os sufixos *ês* e *ense*, formas divergentes de *ensem*, do latim, que constitui a principal fonte de nossos sufixos. [...] Concluindo: Acrescentando-se ao radical *Brasil* o sufixo *ense* ou *ês*, só poderemos ter *brasilense* ou *brasilês*. É inteiramente gratuito e desnecessário o *i* como liame do sufixo. Considere-se, ademais, que *Brasilense*, como pátrio de Brasil, ficará distinto de *Brasiliense*, pátrio de *Brasília*;

(*Dicionário de Questões Vernáculas*, Napoleão Mendes de Almeida, São Paulo, ed. Caminho Suave Limitada, 1981).

No *Dicionário de Questões Vernáculas*, de Napoleão Mendes de Almeida, de 1981, outra disputa se impõe, já que *brasiliense* (não aparece *candango* como paráfrase) se oficializa como o gentílico do Distrito Federal: *brasilen-se* ou *brasilês* como possibilidade do *natural* ou *habitante do Brasil*. O autor vai buscar no latim, a *principal fonte*, os sufixos para compor os adjetivos pátrios de Brasil, a saber, *-ês* e *-ense*, formas divergentes de *ensem* do latim. E conclui que *brasilês* ou *brasiliense* seriam, portanto, esses gentílicos. E em acréscimo da edição de 1955 – “Considere-se, ademais, que *Brasilense*, como pátrio de Brasil, ficará distinto de *Brasiliense*, pátrio de *Brasília*.” –, traz a distinção entre *brasiliense* e *brasiliense*, este pátrio de Brasília. Inscreve-se aí, portanto, a posição erudita, que, no entanto, não vingou (e não vingou no passado, como veremos adiante) para o gentílico pátrio de Brasil.

Ainda importa destacar que nele podemos observar na materialidade da língua a inscrição de um acontecimento – construção de Brasília – demarcando sentidos: o gentílico *brasiliense* deslocando-se para ‘pátrio de Brasília’.

Uma última observação, agora sobre o dicionário Aurélio, edição de 1986:

## 6.

**Brasil:** (...) s.2.gen. 4. Indígena do *Brasil*; 5. *Natural ou habitante do Brasil* (*M. us. No pl.*);

**Brasileiro:** adj. De, ou pertencente ou relativo ao *Brasil*; 2. O natural ou habitante do *Brasil* (*nestas acepç.*): *brasiliano*, *brasiliense*, *brasilenso*, *brasílico*, *brasílio*; 3. Alcunha dada pelos portugueses aos compatriotas que voltam ricos do *Brasil*;

**Brasilense:** adj. 2 g. e s. 2g. V. *brasileiro*;

**Brasiliano:** adj. 2 g. e s. 2g. V. *brasileiro*;

**Brasiliense:** (1) adj. 2 g. e s. 2g. V. *brasileiro*;

**Brasiliense:** (2) adj. 2 g. 1. De ou pertencente ou relativo a Brasília, capital do Brasil, ou à cidade do município de mesmo nome (MG). S. 2g. Natural ou habitante de Brasília (DF e MG) (cf. *brasileense*);

(*Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1986, 2ª edição).

Nele, como se pode ler, *brasileiro* remete a *brasiliense*, *brasiliano*, *brasilense*, *brasileno*, *brasilico*, *brasilio*, em uma rede parafrástica que apaga uma memória sobre Brasil e sobre aquele a quem vai ser dado o nome de brasileiro.

Na análise de verbetes dos dicionários a partir dos anos 1950, a inscrição do ofício no verbete *brasileiro*, como se observou, não comparece; é silenciada. Mas como o silêncio também fala, podemos lê-la em definições recorrentes como “português que residiu no Brasil e que voltou rico à sua pátria” (FERNANDES, 1953), em que se silencia sobre como se deu o enriquecimento: se voltou rico, enriqueceu como?

Em outros lugares discursivos, como nos dicionários do século XIX, nos dicionários etimológicos, na emergência da imprensa nacional no século XIX, em historiadores e em gramáticas, encontramos pistas que resultam em outras tensões. Não pretendemos exaurir estes campos, mas mapear as disputas presentes que dizem da relação entre língua – metalinguagem – e sujeito. Vamos, então, percorrer brevemente a leitura de dicionário do século XIX. Em seguida, traremos um pouco do discurso histórico e da emergência da polêmica sobre o gentílico da pátria no primeiro jornal brasileiro, para depois mergulharmos nos dicionários etimológicos.

### 3. De uma ausência no século XIX

Nesta etapa, analisaremos dicionários brasileiros e portugueses em circulação no Brasil do século XIX. Em se tratando de entradas do gentílico *brasileiro* em dicionários do século XIX, foi possível observar que o gentílico em questão não parece ter circulado.

No *Dicionário de Vocábulo Brasileiros*, de Beaurepaire-Rohan, de 1889, não há o verbete *brasileiro* nem *Brasil*. Em dois dicionários portugueses<sup>3</sup> em circulação no Brasil (NUNES, 2006: 206), a saber, Moraes e Silva e Caldas Aulete, a situação não parece ser diferente.

No *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antonio de Moraes Silva, edição de 1813, por exemplo, aparece apenas o verbete *Brasil* com a seguinte definição: *pao brasil* [...] *Os brasis: os índios naturaes do Brasil*.<sup>4</sup> Há referência a *brasis*, em relação aos nativos indígenas. No entanto, em termos

---

<sup>3</sup> Horta Nunes faz referência a quatro dicionários portugueses em circulação no Brasil que “provocaram algumas reações no contexto brasileiro” (NUNES, 2006: 206). Estamos, neste artigo, considerando apenas dois, por não termos tido acesso a todos eles.

<sup>4</sup> Em sua sétima edição (1877), não existem entradas para o gentílico de Brasil, tampouco na edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, em 1922.

morfológicos *brasis* é uma forma sinônima em referência aos indígenas, uma forma que somente com indígenas faz paráfrase. *Brasil* não é ainda pátria e por deslizamento de sentido não há gentílico-pátrio que se refira ao país nos dicionários publicados antes de o país se tornar independente de Portugal.

No *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Caldas Aulete, edição de 1881, final do século XIX, e edição posterior à independência do Brasil, também não há nenhuma referência ao gentílico de Brasil. Há ausência de gentílico e silêncio em relação ao Brasil como nação.

Não foi o que observamos em relação ao discurso historiográfico e jornalístico, bem como nos dicionários etimológicos, como veremos a seguir.

#### **4. Do discurso histórico e jornalístico**

Como já dito, com este trabalho não pretendemos esgotar fontes em diferentes campos, mas traçar um painel das tensões que se inscrevem na designação *brasileiro*. São muitos os sentidos em disputa em diversos lugares, os silenciamentos engendrados e os deslocamentos.

No que concerne ao discurso historiográfico, destacamos de Mariani (2004) a disputa de sentidos na designação *brasileiro* por ela analisada no livro *História da América Portuguesa*, por Rocha Pita, de 1730. Segundo Mariani:

Na determinação discursiva do nome “brasileiros” percebe-se uma ambiguidade: os brasileiros são oriundos do povoamento feito por “claras Famílias de conhecida Nobreza”, mas também podem ser descendentes de “réu punidos pela Justiça”. Este ponto, embora mencionado uma única vez por Rocha Pita, introduz uma distinção no modo como vão sendo construídos discursivamente os referentes “Brasil” e “brasileiro”. Assim, minimiza-se que, no processo de colonização, muitos dos portugueses que vieram habitar o Brasil eram ladrões ou degredados. Ao mesmo tempo, enfatiza-se a presença de “doutos, eruditos” e grandes talentos, *descendentes* de nobres e heróis (2004: 110, grifos do autor).

Com Mariani (2004), então, observamos que a designação *brasileiro* em Rocha Pita remete a portugueses, equivocando a procedência: “claras Famílias de conhecida Nobreza” *versus* “réus punidos pela Justiça”. Os primeiros, ricos; os segundos, não... Ou seja, a designação *brasileiro*, em Pita, faz ver um espaço de tensão entre nobres e doutos *versus* ladrões e degredados.

Não é esta a oposição (presente no século XVIII no discurso historiográfico, como notamos com Mariani) que comparece no discurso jornalístico do século XIX quando da independência do Brasil.

Com a independência, a questão do gentílico chega aos jornais. Em 1822, o jornal *Correio Braziliense*, editado em Londres por Hipólito José da Costa, posiciona-se diante da querela acerca do gentílico para Brasil:

[...] chamamos **braziliense** o natural do Brasil, **brasileiro** o português europeu ou o estrangeiro, que lá vai negociar ou estabelecer-se, seguindo o gênio da língua portuguesa, na qual a terminação eiro denota a ocupação; exemplo, sapateiro, o que faz sapato [...] A terminação ano também serviria para isto; como, por exemplo, de Pernambuco, pernambucano; e assim poderíamos dizer brasiliano, mas por via de distinção, desde que começamos a escrever este periódico, limitamos o derivado **brasiliano** para os indígenas do país, usando do outro **braziliense** para os estrangeiros e seus descendentes ali nascidos ou estabelecidos e atuais possuidores do país (*Correio Braziliense*, v. XXVIII, n. 165, 2-1822, *apud* PIMENTA, 2007: 48, grifos nossos).<sup>5</sup>

Conforme Orlandi, “toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis” (1997: 70). O que se observa no primeiro jornal brasileiro é uma disputa pela designação – *braziliense*,<sup>6</sup> *brasileiro* e *brasiliano* – e pelos sentidos de cada uma delas. Disputa que nos permite ver na opção feita pelo jornal para a denominação do gentílico do Brasil – *brasiliense* – a inscrição da posição erudita (afinal, o sufixo *-ense* advém do latim, como já observado com o Dicionário de Napoleão de Almeida). Optar por *braziliense* insere o gentílico do Brasil em uma história que remonta ao latim: um lugar de prestígio na tradição da língua. Sigamos.

Se são três as denominações que aparecem no jornal, de imediato, observamos uma disjunção entre *brasiliense* e *brasileiro* sobre a qual interessa refletir. O primeiro, *braziliense*, é posto como *natural do Brasil*; não podemos não lembrar que agora se trata de um Estado-Nação independente e que o gentílico será, portanto, um gentílico-pátrio e não um que indique região do Brasil ou procedência do Brasil. Trata-se de tornar oficial o nome que

<sup>5</sup> Agradeço aqui a Paulo Mario Beserra de Araújo (2008), que, em sua monografia de fim de curso de especialização, por mim orientado (Vanise Medeiros), forneceu-me este recorte do jornal.

<sup>6</sup> Mantida a ortografia do jornal à época.

deriva da Nação indicando seu pertencimento a ela, daí ser “natural de”. Já o outro, *brasileiro*, é posto para “português ou europeu ou o estrangeiro que lá vai negociar e ou estabelecer-se”. Os dois termos não designam, pois, um mesmo grupo de pessoas, não são termos postos em paráfrase. Cabe ainda uma questão: quem são, então, os naturais do Brasil? Para respondê-la, vejamos antes quem são os brasileiros.

*Brasileiro* remete a “português ou europeu ou o estrangeiro que lá vai negociar e ou estabelecer-se”. Se com tal definição inscreve-se uma memória na terminação *-eiro*, indicando ofício (como veremos nos dicionários etimológicos), não há, aí, no entanto, uma remissão que indique um ofício em desprestígio: o verbo negociar retira o trabalho braçal (como observaremos nos dicionários etimológicos) do fazer do português. Ou seja, produz um deslocamento que silencia o tipo de trabalho em jogo no sufixo *-eiro* presente em dicionários etimológicos. Voltaremos a isto ao tratarmos dos dicionários etimológicos.

Ainda no jornal, *braziliense* passa a incluir “os estrangeiros e seus descendentes ali nascidos ou estabelecidos e atuais possuidores do país”. Ou seja, o termo *braziliense* se alarga para abarcar estrangeiros (portugueses ou não). Paráfrase com *brasileiro*, já que este também remete aos estrangeiros? Não é o caso. A diferença, sutil, que impede a alternância entre estes dois gentílicos encontra-se no tempo verbal (*brasileiro* indicaria aquele que “vai negociar ou estabelecer”; *brasilense*, os descendentes, os estabelecidos) e na posse (“possuidores do país”). Ao termo *brasileiro* caberia, então, aqueles portugueses que para cá viriam; deste grupo, aqueles que se fixassem e que tivessem posse seriam *brazilienses*. Lugar de prestígio, portanto.

Parece-nos que ao menos dois silenciamentos são aí impostos. Em primeiro lugar, em relação à ocupação dos portugueses que aqui vieram (extração de pau-brasil), na medida em que se rejeita o nome *brasileiro* – se há rejeição é porque tal designação ocorria no Brasil. Em segundo lugar, em relação à partição entre nobres e doutos de um lado e de pobres e ladrões, de que fala Mariani, na medida em que tal partição diz daqueles que aqui vieram e trabalharam na extração do pau-brasil e daqueles que com tal extração enriqueceram. Uma distinção que diz da condição social do português.

O termo *braziliense* funcionaria, então, como um apagamento desse passado que não se lê como glorioso: apagando-se o ofício, apaga-se a classe e certo passado.

Resta ainda uma observação: se o termo *braziliense*, como pretende legislar o jornal sobre a língua, irá indicar “natural de”, este gentílico nem caberá a todos que aqui nasceram ou vierem a nascer: é o que nos mostra uma outra disjunção, agora entre *brazilienses* e *brasiliano*. Este servirá, segundo o jornal, para os indígenas. Não são “naturais de”, não são *brazilienses*...<sup>7</sup> Passemos agora aos etimológicos brasileiros.

Se a independência do Brasil tensiona a denominação que irá funcionar como gentílico-pátrio, se adentra o dicionário, ela, no entanto, não apaga o gentílico *brasileiro*. É hora de ler os dicionários etimológicos.

## 5. Dicionários etimológicos

Na análise de verbetes dos dicionários a partir dos anos 1950, a inscrição do ofício no verbete *brasileiro* não comparece; é silenciada. Mas como o silêncio também fala, podemos lê-la em definições recorrentes como “português que residiu no Brasil e que voltou rico à sua pátria” (FERNANDES, 1953), em que se silencia como se deu o enriquecimento: se voltou rico, enriqueceu como? Em outros lugares discursivos, como dicionários do século XIX, dicionários etimológicos, na emergência da imprensa nacional no século XIX, em historiadores e em gramáticas, encontramos pistas que resultam em outras tensões. Não pretendemos exaurir estes campos, mas mapear as disputas presentes que dizem da relação entre língua – metalinguagem – e sujeito.

São três os dicionários etimológicos considerados: dois editados no Brasil e um editado em Lisboa.<sup>8</sup> Começemos pelo dicionário de Antonio Geraldo da Cunha, editado em 1981 no Brasil.

**1. Brasil:** designação com que os portugueses nomeavam os indígenas do Brasil (e sua língua) usada com mais freqüência no plural / *brasis* pl. XVI;

**Brasileirense:** séc. XVII;

**Abrasileirar:** séc. XIX;

**Brasileiro:** 1833;

**Brasileirismo:** 1899;

---

<sup>7</sup> Mazière e Gallo, em que as autoras mostram que o termo Brasileiro “confirma que nascer no Brasil não é ser indígena do Brasil” (2006: 48). E que “há três maneiras de ser brasileiro: ter nascido no Brasil, naturalizar-se brasileiro, ter vivido certo tempo no Brasil”.

<sup>8</sup> Não foi nosso objetivo para este artigo investigar dicionários etimológicos portugueses. Apenas estamos considerando aqueles com circulação no Brasil.

**Brasiliense** adj. s2g. “brasileiro” 1833; “relativo a, ou natural de Brasília, capital do Brasil” XX;

(*Dicionário Etimológico*, Antonio Geraldo da Cunha, RJ: ed. Nova Fronteira, 1981, grifos do autor).

Conforme Geraldo da Cunha, a datação do termo *brasileiro* é de 1833; portanto, posterior à Independência do Brasil. Ainda nele, o termo *brasileiro* faria paráfrase, em 1833, à designação *brasiliense*, mas deste se separa para indicar o gentílico da capital do Brasil. Assim como no jornal *Correio Braziliense* do século XIX, *brasilienses* e indígenas não se sobrepõem, não funcionam sinonimicamente: os segundos seriam os *brasilianos* do jornal *Correio Brasileinse*, ou os *brasis*, tal como o Dicionário Aurélio aponta, mas não *brasilienses*; tampouco *brasileiros*. Ou seja, a armadura *brasileiro* não parece servir a todos os corpos que nascem na já Pátria do Brasil.

Se a datação da palavra em Geraldo da Cunha remete à fixação do significante *brasileiro* como gentílico para Brasil a partir do século XIX (1833), o verbete *brasileiro* no dicionário etimológico de Silveira Bueno joga tal significante para antes de 1630, isto é, como anterior à publicação do livro de Frei Vicente de Carvalho.<sup>9</sup> Vejamos:

**2. Brasileiro:** adj. Natural do Brasil. No tempo colonial, *brasileiro* era adj. que indicava profissão: tirador de pau-brasil. Como tal, sendo esses homens criminosos, banidos para o nosso país por Portugal, o adjetivo tinha significado pejorativo e por isto ninguém queria chamar-se *brasileiro*. Foi o franciscano Fr. Vicente do Salvador o primeiro que teve a coragem de usar *brasileiro*, não já na antiga significação de tirador de pau-brasil, mas na de originário, oriundo, nascido no Brasil. Assim procedeu Fr. Vicente do Salvador ao escrever a sua “História da Custódia Franciscana do Brasil”. Daí para cá, passou o adjetivo pátrio, aureolando-se da glória, do patriotismo, de nós todos os que aqui somos nascidos. Concorreu também para esta nova significação o desaparecimento do comércio do pau-brasil que era exportado para a Europa. Suf. *Eiro*.

**Brasiliense:** adj. Brasileiro, brasílico, etc. É forma alatinada, de *Brasília* e o suf. *ense* do lat. *ensem*. Habitante de Brasília, capital do Brasil.

(*Grande Dicionário Etimológico Prosódico da Língua Portuguesa*, Silveira Bueno, SP: Saraiva, 1968, 2ª. tiragem)

---

<sup>9</sup> O livro a que o verbete faz referência é de 1630.

Algumas são as observações que pretendemos fazer a partir desse verbete. Em primeiro lugar, *brasileiro* comparece como ofício: *tirador de pau-brasil*. E indica aquele que praticaria tal profissão: *criminosos, banidos para o nosso país por Portugal*. Se Pita, no século XVII, equivocava *brasileiros*, como vimos com Mariani (2004), não há equívoco no século XVI. Conforme Frei Vicente de Salvador, *brasileiros* não seriam nobres e doutos, mas criminosos e banidos.

Ainda no verbete de Silveira Bueno se pode ler o deslocamento de uma pejoratividade para uma positividade, advindo da posição do historiador trazida pelo verbete. De acordo com o dicionário de Silveira Bueno, “Foi o franciscano Fr. Vicente de Salvador o primeiro que teve a coragem de usar *brasileiro*, não já na antiga significação de tirador de pau-brasil, mas na de originário, oriundo, nascido no Brasil”.

O que julgamos relevante destacar aqui é o gesto de leitura em Frei Vicente de Salvador para que a positividade fosse possível: apaga-se o ofício com o nascimento – “natural de”. No verbete, cita-se Frei Vicente de Salvador para indicar a origem do termo bem como a mudança de sentido. E insere-o em uma cadeia discursiva na qual se justifica a mudança com o fim da atividade de extração de pau-brasil: “Concorreu também para esta nova significação o desaparecimento do comércio do pau-brasil que era exportado para a Europa”.

Em outras palavras, uma vez desaparecida a atividade não se teria mais aquele a quem caberia tal nomeação. Julgamos que tal discursividade vai tornando possível o deslocamento da atividade de extração para “negociar”, para “português que volta rico à sua pátria”, que comparece nos dicionários do século XX, bem como no discurso historiográfico do século XX, como se pode observar em Novais (1998):

“*Brasileiros*”, como se sabe, no começo e durante muito tempo designava os comerciantes de pau-brasil. A percepção de tal metamorfose, ou melhor, essa tomada de consciência, isto é, os colonos descobrindo-se como “paulistas”, “pernambucanos”, “mineiros” etc., para afinal identificarem-se como “brasileiros” – constitui, evidentemente, o que há de mais importante na história da Colônia, porque situa-se no cerne da constituição de nossa identidade (Apud MARIANI, 2004: 55).

Os sufixos *-ense* e *-eiro*, como se observou, constituíram duas posições discursivas distintas e em disputa em diferentes lugares: posição erudita de instituição de um gentílico-pátrio (*-ense*) e posição que diremos linguageira em concorrência (*-eiro*). Esta vingou como gentílico-pátrio, a despeito da imposição do jornal e de outros gestos que a interditavam. Observemos, agora, o que nos diz o discurso gramatical acerca do sufixo *-eiro*.

## 6. Do discurso gramatical

Retomamos Pêcheux para lembrar que, do lugar da análise de discurso, a língua é “o espaço privilegiado de inscrição de traços linguageiros discursivos, que formam uma memória sócio-histórica” (Apud ORLANDI, 2011: 146). Nesse traço, incide o interdiscurso “como corpo de traços como materialidade discursiva”, isto é, “como corpo de traços que formam memória” (2011: 145-147). Nesta etapa de nossa análise, destacamos um traço da memória na língua que se inscreve na formação do gentílico brasileiro: o sufixo *-eiro*.

Na gramática de Cunha (1985), na lista de sufixos que servem para formar gentílicos (*-ano*, *-eno*, *-ense*, *-ês*), não comparece o sufixo *-eiro*. Na gramática de Bechara (1992), ele se faz presente em um único exemplo (*brasileiro*). Em ambas, no entanto, se procurarmos na parte referente a sufixos os usos e sentidos de *-eiro*, não encontraremos o indicador de gentílico, mas outros sentidos, como, por exemplo, de ocupação, ofício, profissão, lugar onde se guarda algo, árvore ou arbusto, ideia de intensidade, aumento, objeto de uso, noção coletiva (CUNHA, 1985: 113).<sup>10</sup>

Em outras palavras, podemos dizer que nas gramáticas o sufixo *-eiro* como indicador de gentílico funciona como exceção.<sup>11</sup>

Faz parte do discurso gramatical a exceção e ela é tomada como evidência, afinal, a gramática funciona “assim”: regras e exceções... Para nós, analistas de discurso, a exceção é o lugar de tensão entre a língua imaginária e a língua fluida (ORLANDI, 1994), isto é, entre a língua que se julga apreender e a que flui. Tal tensão configura o sufixo *-eiro* no discurso gramatical: não é indicado como gentílico, mas comparece, por vezes, em uma lista de gentílicos.

<sup>10</sup> Em Bechara, não há uma lista com sentidos para o sufixo *-eiro*.

<sup>11</sup> Para este trabalho, não procedemos a um levantamento exaustivo de gramáticas. Fica aqui o registro para uma investigação posterior, inclusive de gramáticas pós-NGB, já que este foi um corte significativo no discurso gramatical (BALDINI, 1998; ORLANDI, 2002), quanto de gramáticas anteriores à NGB.

Se o discurso gramatical é da ordem da sistematização e trabalha a língua como sistema, aquilo que falha é, portanto, posto como exceção. Para nós, como a língua é capaz da falha, não se trata de exceção, mas do funcionamento próprio da língua. Em outras palavras, do lugar da análise de discurso, no funcionamento de *-eiro* na língua temos a marca da inscrição do ideológico, da relação do sujeito com a língua. Marca que diz do apagamento no discurso gramatical do deslizamento de ofício (exposto nas gramáticas como um dos sentidos para *-eiro*) para gentílico.

### **Por uma conclusão**

Orlandi (1995) nos diz que “as palavras não são apenas nomes, (almas) que se dissolvem. Elas são corpo (materialidade) e têm o peso da história”. O que pudemos ler percorrendo estes vários lugares discursivos dos séculos XIX e XX foi um longo processo de tensão na constituição da designação *brasileiro* como gentílico do Brasil.

Rejeitada, pejorativizada, é longo o trabalho sobre tal significante, de forma a apagar nele a inscrição de um certo ofício – *tirador de pau-brasil*. Se, como vimos, o termo da posição erudita – *brasiliense* – não vinga como se pretendia com o acontecimento da independência do Brasil, não é, no entanto, sem o trabalho dos dicionaristas, historiadores, jornalistas e gramáticos sobre a língua. É preciso apagar o ofício e é preciso que o nascimento vá sendo imposto de forma a possibilitar a designação que insiste em se impor e circular, a despeito da outra, *brasiliense*, proposta pela posição erudita.

Por outro lado, se a designação *brasiliense*, em disputa com *brasileiro* no século XIX, não vinga no século XX, retorna como filho desejado a indicar o gentílico da nova capital: Brasília. É somente aí que *brasiliense* começa a deixar de disputar com *brasileiro* a categoria de gentílico pátrio. No entanto, outra disputa se faz presente: a designação *candango* adentra os jornais durante a construção de Brasília. E continua a assombrar o significante *brasiliense* e a indicar a força do ofício (que aí atua como pré-construído, afinal em *candango* a força do trabalhador também se inscreve) na nossa língua.

### **Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Dicionário de Questões Vernáculas*. São Paulo: Ed. Caminho Suave, 1981.

ARAÚJO, Paulo Mario Beserra de. “*Hum diccionario sem auctor*” versus

“*Hum auctor com dicionário*”. Niterói: Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro, 2008. (Monografia de especialização).

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Lisboa, 1881.

BALDINI, Lauro. A NGB e a autoria do discurso gramatical. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, São Paulo: Pontes, n.1, 1998.

BEAUREPARIRE-ROHAN, Visconde de. *Dicionário de Vocábulos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1992.

BUENO, Silveira. *Grande Dicionário Etimológico Prosódico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1968. 2. tiragem.

CALVINO, Ítalo. *O cavaleiro inexistente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*. 1984.

CARVALHO, J.; PEIXOTO, Vicente. *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Lisa – Livros Irradiantes S.A., 1971.

CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário Etimológico*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1981.

CUNHA, C. F. *Gramática da língua portuguesa*. 11 ed. Rio de Janeiro: FAE, 1985.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário Brasileiro Contemporâneo*. Rio de Janeiro; Porto Alegre; São Paulo: Globo, 1953.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa*. 11 ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MARIANI, Bethânia Correia. *O PCB e a imprensa – os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

- \_\_\_\_\_. *Colonização lingüística*. Campinas; São Paulo: Pontes, 2004.
- MAZIÈRE, Francine; GALLO, Solange. A língua como esquecimento: um exemplo brasileiro. *Revista Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, Campinas: Pontes e Unicamp, n. 18, 2006.
- MEDEIROS, Vanise. *Dizer a si através do outro: do heterogêneo no identitário brasileiro*. UFF, 2003. (Tese de doutorado).
- NUNES, José Horta Nunes. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao século XIX*. Campinas: Pontes; SP: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.
- ORLANDI, Eni. *Discurso Fundador*. Campinas: Pontes, 1993.
- \_\_\_\_\_. A língua brasileira. *Revista Trabalho Lingüística Aplicada*, Campinas, n. 23, jan-jun, 1994.
- \_\_\_\_\_. Efeitos do verbal no não verbal. *Revista Rua – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade*. Campinhas, São Paulo: Unicamp/Nucredi, n. 1, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e feitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Formas do silêncio: nos movimentos dos sentidos*. Campinas: Unicamp, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Língua e conhecimento lingüístico; para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- ORLANDI, Eni (Org.). *Análise de Discurso: Michel Pêcheux*. Campinas/SP: Pontes, 2011.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- \_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD, P. et. al. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- PIMENTA, João Paulo G. *Brasil y las independencias de Hispanoamérica*. Castelló de la Pla-na: Universitat Jaume I. Publicaciones, 2007.
- QUADROS, Jânio. *Novo Dicionário Prático da Língua Portuguesa*. São Paulo: Riedel, 1976.

REVISTA DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 1960, 1. Semestre,  
jan.- jun.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa, 1813.

Recebido em março 2012  
Aceito em maio 2012